



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001


289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt


289 462 030

Ata n.º 4/15 Sessão Ordinária de 28 de Abril

Aos vinte e oito dias do mês de Abril de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e dez minutos, no Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos: -----

-----**Lista de Presenças:**-----

18 Deputados Municipais do PS - Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, Carlos Manuel Pontes Costa, Fernando Domingos dos Santos, Hermes Luis de Brito Alberto, Heloísa Bárbara Madeira e Madeira (1ª secretária), Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Rebeca Porto Martins, Orlando Manuel Guerreiro Baptista, Rosana Corga Fernandes Durão, Fernando Pereira Marques, Miguel Ângelo Pinguinha da Piedade, Dinarte Luis Brás, Miguel Ângelo Gonçalves Teixeira Fernandes, Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), José Fernando Florinda Carrusca (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), e Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S.Clemente); -----

16 Deputados Municipais do PSD - Manuela Maria Palma Nobre Semedo Tenazinha, Adérito Custódio Cavaco, Gilberto José Carapeto de Sousa, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, Jorge Manuel Guerreiro dos Santos, Fábio Manuel da Silva Bota, Felizardo Emanuel Martins Pinto, Analídio Correia da Ponte, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária), João Carlos Dias dos Santos (em substituição de Maria Graciete Baião Botelho Freitas), Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues (em substituição de Paula Alexandra Palma Martins Moura), Silvia Maria Luis



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001


289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt


289 462 030

Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), Ana Maria Alberto Rosendo (em substituição de Rui de Sousa Mogo, Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime) Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Helder Faísca Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S.Sebastião) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----

1 Deputado Municipal do BE - Álvaro José Santos Delgado (em substituição do deputado Carlos José da Silva Martins);-----

1 Deputado Municipal da CDU - Tiago Carneiro Jacinto (em substituição da deputada Carla Sofia Osório Gomes);-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

Os Deputados Municipais do PS, João Luis Calçada Correia, João Alberto Gonzalez Pedroso, tendo os mesmos sido respetivamente substituídos por Dinarte Luis Brás e Miguel Ângelo Gonçalves Teixeira Fernandes.-----

O Deputado Abílio Vargas Sousa (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial) comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, José Fernando Florinda Carrusca.-----

Os Deputados Municipais do PSD, Maria Graciete Baião Botelho Freitas, Paula Alexandra Palma Martins Moura e Irina Alexandra Mendes Martins, tendo os mesmos sido substituídos respetivamente por Maria José Botelho da Palma Bento Vasques, João Carlos Dias dos Santos e Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues. O Deputado Rui de Sousa Mogo (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime) comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Ana Maria Alberto Rosendo.-----

O Deputado Municipal do BE, Carlos José da Silva Martins tendo o mesmo sido substituído por Álvaro José Santos Delgado.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001


289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt


289 462 030

O Deputado Municipal da CDU, Carla Sofia Osório Gomes, tendo o mesmo sido substituído por Tiago Carneiro Jacinto.-----

-----Ordem de Trabalhos-----

- 1-Intervenção do Público;-----
- 2-Informação sobre expediente recebido;-----
- 3-Período de Antes da Ordem do Dia;-----
- 4-Moções;-----
- 5-Período da Ordem do Dia:-----

a)-Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da atividade municipal, e da situação financeira do município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;-----

b)- Proposta 13/2015- Deliberação relativa à Aprovação do Inventário de todos os Bens e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação relativo ao ano de 2014 e Documentos de Prestação de Contas do ano de 2014, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, e alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, e alínea do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;-----

c)- Proposta 14/2015- Deliberação relativa à Proposta de Designação do Fiscal Único da Infralobo, EM, tendo em consideração que a empresa local desenvolveu o respetivo procedimento de contratação e tendo em consideração o estabelecido no n.º 5 do artigo 25.º conjugado com o n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto (regime jurídico da atividade empresarial local e das participações);-----

d)- Proposta 15/2015- Deliberação relativa à Proposta de Designação do Fiscal Único da Inframoura, EM, tendo em consideração que a empresa local desenvolveu o respetivo procedimento de contratação e tendo em consideração o estabelecido no n.º 5 do artigo 25.º conjugado com o n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto (regime jurídico da



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001


289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt


289 462 030

atividade empresarial local e das participações);-----

e)- Proposta 16/2015- Deliberação relativa à Proposta de Designação do Fiscal Único da Infraquinta, EM, tendo em consideração que a empresa local desenvolveu o respetivo procedimento de contratação e tendo em consideração o estabelecido no n.º 5 do artigo 25.º conjugado com o n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto (regime jurídico da atividade empresarial local e das participações);-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.-----

O senhor Presidente da Assembleia, começou por informar as bancadas, acerca dos respetivos tempos de intervenção para cada um dos pontos da Ordem de Trabalhos.-----

Em seguida entrou-se no primeiro ponto da OT, Período de Intervenção do Público:-----

1-Intervenção do Público:-----

Começou por ser dada a palavra pelo senhor Presidente da Assembleia ao munícipe Cláudio, que referiu estar aqui em representação do Presidente da ADS de Alcoutim. Teceu alguns comentários sobre a regulamentação do trânsito de gado e a sua adaptação à realidade de cada região. Mostrou ainda alguma surpresa sobre a polémica a respeito do Canil Municipal de Loulé.-----

Seguidamente foi dada a palavra ao munícipe Hermínio Sabino, natural de Almancil, para questionar o executivo se existe algum projeto de saneamento para a zona do Cerro do Galo em Almancil. Referiu ainda que existe uma rua com o nome de Rua de Loulé, mas que na pratica não passa de um beco com cerca de 50 m, sugerindo a sua reabertura para servir de



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

escoamento do trânsito no centro de Almancil.-----

Usou da palavra o **munícipe Fernando Pereira**, na qualidade de Presidente do Clube de Caçadores e Pescadores de Quarteira e Diretor da Federação de Caçadores do Algarve, representando o concelho de Loulé. Manifestou a sua solidariedade com o Veterinário Municipal, Dr. Paulo Pina, referindo o mesmo ser uma das pessoas mais bem vistas a sul do Tejo, posição contrária à de algumas pessoas, referindo o seu desagrado por pretendem defender os animais à custa da difamação do ser humano. Disse que iria entregar um abaixo-assinado intitulado "Todos Juntos pela Verdade" com 1446 assinaturas, de pessoas que estão solidárias no apoio ao veterinário do Canil de Loulé, o Dr. Paulo Pina, fazendo face às acusações que o mesmo tem vindo a ser alvo.-----

Usou da palavra o **senhor Presidente da Câmara Municipal**, dizendo que iria responder às questões suscitadas pelos munícipes. Começando pelo que tem a ver com o Regulamento do Apascentamento do Gado no Concelho de Loulé, projeto que foi para inquérito público, estando-se ainda a tempo de o poder corrigir, no que se considere inadequado num concelho como o de Loulé. -----
Quanto às questões que se prendem com o Canil Municipal, regista que desconhece o teor do abaixo-assinado mas que irá analisá-lo com atenção, sendo que o inquérito disciplinar que está a decorrer prosseguirá os seus trâmites normais, porque foi feita uma denúncia contendo situações graves. Respondendo ao munícipe Sabino, sobre a questão da obra no Cerro do Galo, disse não poder ainda dar uma resposta concreta, mas que o assunto será analisado. Sobre a questão do Beco em Almancil, considerou que se irá fazer a correção que for adequada.-----

2- Informação sobre expediente recebido;-----

O **senhor Presidente da Assembleia**, deu conhecimento do expediente recebido, referindo não existir matéria relevante a ser comunicada.-----

3- Período de Antes da Ordem do Dia:-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001


289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt


289 462 030

Usou da palavra o senhor **Deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, referindo-se à questão do Dr. Paulo Pina, disse ser bom ouvir a outra parte da versão da história, e se foram de facto apuradas situações com falhas graves, essas têm que ser apuradas e terão as suas consequências. Referiu que o convite da senhora Vereadora Ana Machado, tinha almoçado em 2 agrupamentos de escolas, onde constatou que a qualidade da alimentação melhorou bastante.-
Questionou o executivo se houve alguma evolução sobre o projeto do IKEA, sendo que durante a campanha este executivo era manifestamente contra e neste momento tem dúvida de qual a posição assumida.-----

Foi dada de seguida a palavra ao senhor **Deputado Álvaro Delgado (BE)**, que começou por se regozijar ao constatar que vários munícipes levantaram aqui os seus problemas para a devida avaliação pelo Executivo. Quanto à questão dos refeitórios e refeições escolares, tem vindo a acompanhar esse processo e partilha da opinião do deputado Gilberto de Sousa, manifestando o seu agrado pela melhoria que se vai fazendo. -----

Questionou o executivo sobre uma demolição nuns edifícios num terreno em nome de Manuel Agostinho Mendes, que passou pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé 2006/2011 e em finais de Junho de 2013, recebeu o despacho final duma instância superior no sentido de proceder à demolição dos edifícios ilegalmente construídos num terreno que era do proprietário. Neste caso a Câmara Municipal é o Réu e o Tribunal Administrativo determinou a demolição.-----

Referiu um documento presente na sessão extraordinária de 17 de Abril em Quarteira, ao qual os deputados municipais não tiveram acesso, e questiona porque é que os deputados ainda não receberam essa Revisão do Orçamento.-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que houve um documento enviado pelo Executivo e que iria averiguar se correspondia ao solicitado.-----

Foi dada a palavra ao senhor **Deputado Fábio Bota (PSD)**, que começou por se congratular em nome da bancada do PSD com a inauguração do Skate Parque, obra reivindicada desde 2002 por esta bancada, tendo o projeto sido colocado a concurso ainda pelo anterior Executivo. Disse ainda que



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001


289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt


289 462 030

tinha algumas questões que gostaria que fossem esclarecidas, nomeadamente, qual o motivo desta obra levar 1 ano para se iniciar, sabendo que todo o processo estava tratado e o procedimento aguardava apenas a adjudicação dos trabalhos à empresa que a veio executar. Questionou igualmente se as pinturas efetuadas no pavimento estavam incluídas no projeto e quem solicitou a alteração ao projeto. Questionou ainda sobre o valor do trabalho artístico lá feito e quanto irá custar retirar o mesmo.----
Sugeri a construção de um muro envolvente ao Skate Parque e que o mesmo possa ser utilizado como mural para grafitis, com regras aliando a arte do grafiti com o que ali foi construído.-----

Em seguida usou da palavra a senhora **Deputada Rebeca Martins (PS)**, que congratulou o Executivo Municipal pela construção e inauguração do Skate Parque no passado dia 25 de Abril, sendo uma infraestrutura necessária ao nosso concelho, e à cidade de Loulé em particular. Agradeceu pela concretização da obra, por estar muito bonita incluindo as pinturas. -----

Interveio o senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, que referindo-se à questão do saneamento do Cerro do Galo, mencionou a dificuldade técnica da sua resolução. No que respeita à questão do Veterinário Dr. Paulo Pina, disse não o conhecer, mas que na opinião das pessoas, é uma pessoa de uma conduta ética e profissional invejável, sendo uma excelente pessoa, segundo o que se diz e não entende porque é que agora existem umas determinadas tendências para denegrir a sua imagem, manobrando o inquérito à maneira de quem o encomendou.-----

Usou da palavra o senhor **Deputado Tiago Jacinto (CDU)**, referindo ser a sua primeira participação nesta Assembleia Municipal enquanto membro da CDU. Congratulou-se com as obras de saneamento que estão a decorrer em Almancil, nomeadamente na Rua Afonso III e igualmente noutras zonas. Questionou para quando a conclusão das obras que se iniciaram e que estão a decorrer na Av.ª 5 de Outubro, na artéria principal da vila. Questionou igualmente sobre qual a posição do Executivo em relação á Municipalização do Ensino, que na prática é um caminho para a privatização e degradação do ensino público, que devia ser tendencialmente gratuito.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001


289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt


289 462 030

Informou que foi entregue na Assembleia da República um Abaixo-Assinado contra as Portagens na Via do Infante com mais de 6500 assinaturas, 1200 de cidadãos do concelho de Loulé, dum movimento intitulado "Algarve sem Portagens", tendo sido impedida a sua discussão na Assembleia da República, pelo PS, PSD e CDS que recusaram a sua discussão.-----

Usou da palavra o senhor **Deputado Orlando Baptista (PS)**, dizendo que na sequência das intervenções feitas sobre o Skate Parque, lembrou que as aspirações ao mesmo já vêm desde 1990, inclusivamente relatou um episódio ocorrido com o Dr. Vítor Aleixo há 24 anos atrás, onde existiu um diálogo entre ambos sobre qual a origem da rampa que na altura existia na zona do Parque Municipal.-----

Interveio o senhor **Deputado Analídio Ponte (PSD)**, que abordou a questão do Veterinário Municipal, referindo que as pessoas falam do mesmo de forma positiva. Falou ainda sobre a inauguração do Edifício de Apoio à base dos Helicópteros em serviço permanente, que serve a população do Algarve, inaugurado no passado dia 14 de Abril pela Ministra da Administração Interna, cujo projeto vem do anterior Executivo.-----

Questionou o Executivo para quando o Saneamento Básico para o Monte Seco, Boa Hora, Soalheira e se existe algum projeto feito para essas zonas limítrofes.-----

Foi dada a palavra ao senhor **Deputado Telmo Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira)**, que disse ter ficado com uma pequena dúvida sobre se a adjudicação de obras deveria ser feita sem que se estivesse na posse dos terrenos necessários, como foi o caso da Circular Norte de Quarteira que foi adjudicada em 2009 sem se ter feito essa posse.-----

Seguidamente interveio o senhor **Deputado Vítor Cristiano (PS)**, congratulando-se por verificar que muitas das reivindicações da sua bancada no passado, não sendo acolhidas na altura, surgem agora como relevantes nomeadamente a questão da alimentação das crianças.-----

No que respeita ao IKEA, projeto esse aprovado pelo Executivo anterior, limitando efetivamente a ação deste Executivo, uma vez que a Lei é para



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

cumprir. Estando os projetos aprovados não se pode recusar o seu desenvolvimento sob pena de elevados prejuízos para a Câmara Municipal.---
Referiu também que esta bancada sempre defendeu a não existência das portagens no Algarve, continuando a defender a mesma posição, independentemente do que outros venham a defender.-----
Quanto à intervenção do Veterinário Paulo Pina, apesar de não conhecer o técnico em questão, não tem nada nem a favor nem contra o senhor.-----

Em seguida usou da palavra a senhora **Deputada Manuela Tenazinha (PSD)**, dizendo que não está muito familiarizada com o processo que envolve a questão do Canil Municipal, mais concretamente com a atividade do Veterinário Municipal, não conhecendo sequer a pessoa em questão. Referiu conhecer a atividade das Associações de Defesa dos Animais, reconhecendo-lhes todo o mérito, mas que por vezes têm atitudes na sociedade que são muito radicais, até por desconhecimento de outras perspetivas que possam ter em relação a esses mesmos animais. Estando aqui presentes Associações de Caçadores e também representantes de produtores de animais, estes grupos não têm menos respeito pelos animais do que as Associações de Defesa dos Animais. Neste caso concreto o que se verifica é que estas Associações têm uma postura relativamente ao Veterinário Municipal e a Associação de Defesa dos Animais tem outra, tendo ambos o mesmo respeito pelos animais.-----

Também proferiu algumas considerações o senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, sobre a questão do Veterinário Municipal.-----

Sobre o Quartel de Bombeiros disse que o terreno tinha sido adquirido pela Câmara do PS, tendo sido um negócio interessante para o domínio público. Sobre o IKEA referiu que quem era contra a sua implementação no início era a bancada do PSD, apenas sendo defendida pelo senhor Presidente da Câmara cessante, que era um defensor acérrimo da implementação do IKEA no nosso concelho.-----

Seguidamente o senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, teceu algumas consideração sobre os Abaixo-assinados e a importância que os mesmos têm, não entendendo porque é que as pessoas assinam Abaixo-Assinados e



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001


289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt


289 462 030

depois não protestam.-----

Em seguida foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara**, que disse que iria ser o mais sintético possível nas respostas às questões que foram levantadas.-----

Sobre a questão do IKEA levantada pelo Dr. Gilberto de Sousa, que quer saber qual a nossa posição, a posição é pública e muito clara, não havendo até ao momento nenhuma inflexão. Este processo transitou do Executivo anterior, dentro do quadro da Lei existindo compromissos assinados entre a Câmara de Loulé, as Estradas de Portugal, a Câmara Municipal de Faro e as diferentes instâncias que geriram este processo, com viabilidades, planos, aquisições de terrenos. Assim, não existirá com certeza objeção nenhuma por parte deste Executivo e as obras terão início muito em breve. Mais disse que o IKEA numa 1ª fase, irá ter um impacto muito positivo na cidade e município de Loulé, porque vai permitir dar trabalho a muita gente, embora existam pessoas que verão os seus negócios afetados.-----

Em relação à questão colocada pelo senhor deputado do BE sobre um processo que estará na Câmara Municipal, informou que está a ser dado andamento ao mesmo. Mais disse que não se trata de um processo fácil, porque existe uma tensão constante com as pessoas que construíram ilegalmente, mas que a autarquia tem que aplicar a Lei. O Gabinete Jurídico conjuntamente com o Departamento de Obras estão a gerir estes processos.-----

Registou os Parabéns que esta noite foram dirigidos ao município de Loulé, realçando uma oposição leal, democrática e com nível, porque tanto criticam como reconhecem o que esta autarquia tem feito de bem. Este executivo tomou posse há 18 meses e nunca se deve esquecer o que ficou para trás, porque nada nasce do zero. Pediu alguma moderação nas críticas, porque relativamente ao Skate Parque o executivo anterior teve 12 anos no poder e não o fez.-----

Quanto à questão do Veterinário Municipal, referiu mais uma vez que não lhe compete a ele interferir no inquérito que está em curso.-----

Quanto ao ensino manifestou a opinião que é manifestamente contra a municipalização do ensino e diz que a autarquia se sente desrespeitada com a postura do Ministério da Educação relativamente à Escola D.Dinis em Quarteira.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

Sobre o Abaixo-Assinado, referente às portagens na Via do Infante, referiu que estas não deviam existir por ser um prejuízo para todos nós, para as empresas, para os algarvios.-----

Quanto à rotunda da Nossa Senhora da Piedade, disse que está bem decorada com uma escultura do artista conterrâneo Miguel Cheta.-----

Terminou a sua intervenção referindo as várias obras que começou e outras com projetos acabados que foram posteriormente inauguradas pelo Dr.Seruca Emídio, que foram elas; Av.ª Andrade de Sousa, Av.ª Parque das Cidades, Arquivo Municipal, Saneamento Básico do Semino, Av.ª Marginal de Quarteira (última fase), Loja do Cidadão, Edifício da Junta da Tôr, Saneamento Básico do Parragil, Quartel dos Bombeiros de Loulé, Centro Comunitário do Barranco do Velho, Estádio do Algarve, Plano de Reabilitação de Alte, Casa de Apoio à Criança, Retirada dos esgotos com uma intervenção ao longo da Rua dos Seromenhos, Parque Infantil, Aquisição de terrenos para o Plano de Reabilitação, o Anfiteatro da Fonte Grande, o Pré-Escolar de S.Pedro do Mar em Quarteira, o Edifício do Pré-escolar na Miraserra, o Centro Paroquial de S.Clemente e de S.Sebastião, o projeto da obra do Troto e do Esteval, o Passeio das Dunas.-----

5- Período da Ordem do Dia:-----

a)- **Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da actividade municipal, e da situação financeira do município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;**-----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, disse que se abstinha neste ponto de prestar esclarecimentos adicionais ao conteúdo do documento, uma vez que o documento foi distribuído, a não ser que algum senhor deputado solicitasse alguma informação adicional.-----

Interveio o senhor **Deputado Gilberto de Sousa (PSD)**, manifestando a sua discordância com o facto de se enumerar as obras começadas por um Executivo e terminadas por outro. É preciso concentrarmo-nos no presente e no futuro e deixar de uma vez de se evocar o passado.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001


289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt


289 462 030

Seguidamente o senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, lembrou que uma das obras mais importantes que começou e que ficou quase terminada foi o Pavilhão Gimnodesportivo, não a tendo referido, segundo na sua opinião a mais importante. O que interessa aqui é o interesse coletivo que é a comunidade Louletana, seja a obra feita pelo Executivo atual seja pelo anterior.-----

O senhor **Deputado Álvaro Delgado (BE)**, apelou a que haja uma contenção nas palavras trocadas entre deputados sobre o que se fez de obras e o que ficou por fazer.-----

Congratulou-se sobre o prazo em que é entregue e pela forma mais completa como é apresentado este Relatório da Actividade Municipal, existe de facto uma melhoria na forma como era feito anteriormente.-----

Referiu que a obra de reparação na Rua Serpa Pinto, ainda não começou, alguém se antecipou na publicação sobre a mesma.-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, apelou à contenção no tempo das intervenções, e solicitou ao Executivo um maior poder de síntese nas respostas aos senhores Deputados Municipais.-----

b)- Proposta 13/2015- Deliberação relativa à Aprovação do Inventário de todos os Bens e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação relativo ao ano de 2014 e Documentos de Prestação de Contas do ano de 2014, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º2 do artigo 25.º, e alínea i) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, e de acordo com o disposto na alínea l) do n.º2 do artigo 25.º, e alínea do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro;-----

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, disse que ia dar início à análise das contas referentes ao Grupo Autárquico, lembrando que as Contas Consolidadas serão apresentadas no mês de Junho. Mais informou que se encontra presente nesta reunião o Revisor Oficial de Contas.-----

Foi concedida a palavra ao **Senhor Vice-Presidente da Câmara**, para proceder à apresentação da proposta.-----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

Relativamente ao Relatório de Gestão e aos documentos que o suportam, apresentados nesta sessão, reportam-se ao 1.º ano completo de gestão, da responsabilidade do atual executivo. Esta gestão foi condicionada por 3 níveis de questões: o histórico; pelas obrigações decorrentes do PAEL (contrato assinado pelo executivo anterior, para o socorro financeiro da CML); e por um conjunto de regras introduzidas e impostas aos municípios através de sucessivos Orçamentos de Estado que criam muitas dificuldades à gestão. Uma delas, uma grave condicionante, é a nível dos recursos humanos, que coloca grandes condicionantes a nível operacional. A herança herdada do Executivo anterior é ainda pesada. A essa, somam-se medidas de dimensão nacional que condicionam e limitam o poder local. O empréstimo para o socorro financeiro, de 14,5 milhões de euros, contraído pelo anterior Executivo, foi a maior condicionante da atividade municipal e da gestão desta Câmara Municipal no ano de 2014. Os compromissos assumidos resultaram na degradação da qualidade do serviço público municipal e numa grande pressão ao nível das Taxas e Impostos que incidiram sobre os munícipes. O centro de ação da gestão municipal passou pelo lançamento do Loulé Solidário, a alteração do regime das cantinas escolares, o lançamento das Férias para Todos, e o aprofundamento do apoio às pessoas e famílias, conviveram com a aposta firme na busca da sustentabilidade das finanças municipais, para os próximos anos. A estes 2 pilares, apoio às pessoas e famílias e sustentabilidade financeira municipal, juntaram-se outros objetivos. O aumento do rigor, a contenção do endividamento e da despesa, o reforço da transparência na atividade municipal. Este Executivo está convicto de que a execução orçamental para 2014, e os documentos remetidos a esta assembleia, podem firmar que estes objetivos foram atingidos, no que diz respeito ao que deles era possível esperar. Assim, não só o saneamento da contenção financeira, foi concluído com sucesso, e a sustentabilidade financeira do município entre 4 a 6 anos, está assegurada, como foram lançadas as bases do reforço das políticas de apoio às pessoas e famílias, como também foi aumentado o rigor da gestão. Este relatório apresenta a maior taxa de execução de que se conhece. O serviço da dívida municipal está reduzido a metade do que era, a dívida orçamental foi reduzida na ordem dos 31%. Pela primeira vez, desde 2008, não houve recurso a qualquer empréstimo bancário para financiar despesa. Esta conjugação permitiu reduzir fortemente o passivo, 25%, e ainda mais a



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001


289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt


289 462 030

divida orçamental, 31%. Tudo isto culminou com o pagamento antecipado do PAEL, antecipando em 3 anos o pagamento de 9 milhões de euros. Da mesma forma foi feita a liquidação de acordos com credores, de pagamentos que se previam serem liquidados em 2015, de serviços prestados em 2008 e 2009, que estavam ainda a ser objeto de planos de pagamento. Quanto à transparência, o Município de Loulé saltou mais de 200 lugares no índice de transparência. Em 2014 iniciaram-se também os trabalhos de conformação das contas municipais aos reparos que os ROC faziam ao longo dos anos. Destes trabalhos, destaca-se o encerramento contabilístico de 187 empreitadas que já estavam concluídas há muitos anos, mas que ainda existiam na contabilidade como empreitadas em curso, o que correspondia a 32% das que estavam em curso, o que correspondia a um valor de 34 milhões de euros. Tirando conclusões, e referindo as condicionantes, houve uma redução de 320 funcionários entre 2010 e 2014, uma redução de 17,5%, é de realçar que deste número 83%, 263 pessoas, saíram da carreira de Assistentes Operacionais, condicionando o funcionamento de equipamentos e infraestruturas, reduzindo a capacidade de resposta do Município, forçando a um caminho de outsourcing de funções, que deveriam estar no coração da atividade municipal. A deterioração do serviço municipal, resulta do PAEL, pelas imposições drásticas do mesmo, agravada ainda com a imposição do Orçamento de Estado, que resultou nesta redução, sem precedentes, de número de efetivos da CML. Apesar de esta ser uma das maiores condicionantes da gestão municipal, será também o maior desafio para os próximos anos, o de inverter esta tendência.-----

Usou da palavra o senhor **Deputado Gilberto Sousa (PSD)**, que relativamente a esta proposta referiu que o anterior Executivo do PSD, deixou no final de 2013, 10 milhões de euros. Este Executivo, no final de 2014, apresenta um saldo de 24 milhões de euros, ou seja, fecharam o ano com um saldo positivo, mas queixam-se com falta de dinheiro, o que é um contrassenso. Ou este Executivo gere mal o dinheiro, ou não quer gastar o dinheiro porque estão a poupá-lo, para o futuro, para obras eleitoristas. Concordou que o PAEL condicionou muito a gestão deste Executivo e também com o facto de pretenderem amortizar as dividas, para minimizar os custos camarários. Referiu ainda que houve uma crise financeira no país e que nessa altura a CML recebeu, menos 85 milhões de euros, de receitas do



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

IMT, que por sua vez teve reflexos, o PAEL não surge por um acaso. Por último lembrou a data de Maio de 2011, como uma data memorável, data em que foi assinado o memorando de entendimento entre o governo de José Sócrates e a TROIKA, e data da demolição da última barraca de pescadores em Quarteira, como sendo uma data histórica.-----

De seguida interveio o senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, começando por dizer que o senhor Vice-Presidente cometeu um erro grave ao comparar as contas de 2014 com o ano 2013, porque o ano de 2013 é fictício, comporta as despesas de 2008, 2009, etc...até 2013, referindo que só através do POCAL é que se conseguem comparar dados de uma ano e outro com rigor. Quanto à questão dos 85 milhões de euros referentes ao IMT, explicou que esse valor resulta dos 82 milhões de euros que foram orçamentados em venda de bens e serviços que foram realizados 0 milhões de euros, e o erro foi considerar o IMT, um imposto corrente quando se trata de um imposto extraordinário. Como se verifica, não era necessário nenhum PAEL, porque em 2014 estava pago, mas sim haver um plano de contingências e gerir a CML em condições, finalizando a sua intervenção dizendo que o que importa neste momento, é que já não existe o PAEL nesta Câmara Municipal, razão pela qual, votará favoravelmente esta proposta.----

Foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, que começou por dizer que na altura da apresentação do orçamento de 2014, achou que o mesmo era pouco ambicioso. Congratulou-se pelo prazo de pagamento estar em 17 dias o que praticamente corresponde a pronto pagamento, poucos serão os Executivos que tenham um indicador tão favorável. Congratulou-se ainda pelo facto do Executivo ter reduzido o valor dos empréstimos em 16 milhões de euros, mas questionou o Executivo quanto ao facto de ainda não ter liquidado o empréstimo referente ao Parque das Cidades, num valor aproximado de 5 milhões de euros, cujas taxas de juro são insuportáveis. Finalizou a sua intervenção colocando a questão do decréscimo na execução dos fundos comunitários.-----

De seguida usou da palavra o senhor **Deputado Álvaro Delgado (BE)**, que solicitou esclarecimentos sobre alguns pontos desta proposta. Começou por falar no aumento de impostos diretos, que se verificou entre 2013 e 2014



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001


289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt


289 462 030

na ordem dos 9 milhões de euros que se repartem da seguinte forma; IMI, 4 milhões de euros e IMT, 5 milhões de euros, o que levanta algumas questões, a primeira em relação ao PAEL, uma vez que está pago, vai-se manter a mesma taxa de IMI? Porque ter contas boas à custa dos contribuintes não é justo. Outra questão prende-se com o IMT que supostamente já era para estar a diminuir, mas não está, porquê? Em relação ao relatório de gestão, na página 38, aparece uma situação nova, que refere que o Executivo se deparou com uma herança de processos judiciais com pedidos de indemnização no valor de 44 milhões de euros, questionando a origem desta situação. Finalizando a sua intervenção falou dos mapas de controle orçamental da receita, no capítulo de saneamento há um aumento em 2014 de 1 milhão de euros nos "não cobrados", porquê este aumento, uma vez que o valor dos "cobrados" é de 800.000 euros?-----

Também usou da palavra o senhor **Deputado Tiago Jacinto (CDU)**, que quanto a esta proposta referiu que este assunto tem que ser visto de duas formas. Do ponto de vista contabilístico e técnico, não há nada a apontar porque as contas têm o visto do ROC. O outro ponto de vista tem a ver com a análise política que tem que se fazer. Relativamente à execução orçamental, constata-se que houve uma melhoria, embora tenha contribuído muito para isso, a questão dos impostos diretos, pagos pelos contribuintes, pelo povo, que cada vez mais se vêm confrontados com mais sacrifícios. Há outro aspeto a ter em conta, que tem a ver com as Empresas Municipais e a forma como este Executivo tem "acarinhando" estas empresas, que são mais onerosas para os contribuintes e que do ponto de vista de execução dos serviços, se estes fossem prestados diretamente pela Autarquia, numa gestão direta, seria diferente e teriam outra qualidade. Terminando a sua intervenção, disse que a Bancada da CDU não apoia este tipo de gestão, a qual combatem e que irão sempre combater, pois corrói o poder local autárquico, que é necessário preservar, cada vez mais.-----

Foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Vitor Cristiano Ferreira (PS)**, que começou por falar do pedido de ajuda externa a que o país recorreu, e que durante a gestão do atual governo houve uma alteração de condições mas o facto é que em 2015, os números e os resultados das políticas do atual governo, estão visíveis, os cofres estão cheios, mas os jovens



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

emigraram.-----

De seguida usou da palavra o senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, para pedir esclarecimento em relação à dotação orçamental de "provisões para riscos e encargos", o porquê de em 2014 haver um acréscimo de 1,6 milhões de euros, quando desde o ano de 2000 que a CML nunca perdeu um processo em Tribunal, o porquê de ser criada uma provisão tão elevada para riscos e encargos?-----

Foi igualmente concedida a palavra ao senhor **Deputado Analídio Ponte (PSD)**, que disse que a decisão deste Executivo em antecipar o pagamento do PAEL, foi uma decisão política, porque têm tentado passar para a opinião pública que o PAEL era castrador para a CML, mas não, porque o PAEL da CML estava inserido num outro escalão, em que permitia, se a Câmara Municipal quisesse, baixar o IMI. Congratulou-se quanto à taxa de execução, que em 2014 é mais alta, mas curiosamente, no ano de 2000, em que o senhor Vice-Presidente, Hugo Nunes, também fazia parte desse Executivo, a taxa de execução, foi a mais baixa deste Município. Finalizando a sua intervenção, deixou uma nota ao Executivo, no sentido de aumentar as dotações orçamentais às Juntas de Freguesia do Município.-----

Usou ainda palavra o senhor **Deputado Fernando Santos (PS)**, que esclareceu que a percentagem de realização, depende da verba fantasma de bens e serviços. Em relação às taxas de juro, disse que há taxas de juro mais elevadas que a do PAEL, como é o caso do empréstimo do Parque das Cidades, mas estava fora de questão pagarmos a parte da Câmara Municipal de Faro, nesse empréstimo da Associação de Municípios, uma vez que a Faro não consegue pagar a sua parte antecipadamente. O contrato que existe entre a Banca e a Associação de Municípios, implica que Loulé e Faro sejam solidários no pagamento das prestações, se uma parte não pagar a outra é corresponsável e tem que pagar. Como tal para antecipar o pagamento deste empréstimo que efetivamente tem juros muito elevados, teríamos que pagar a parte de Faro.-----

Para responder às várias questões levantadas sobre esta proposta, foi novamente concedida a palavra ao senhor **Vice-Presidente da Câmara**, que



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

começou por esclarecer o assunto das transferências para as Juntas de Freguesia, dizendo que já são superiores a 1 milhão de euros. Quanto à taxa de execução é efetivamente mais alta e depende das receitas e do que se orçamentou, e este orçamento foi feito com rigor e é natural que a sua execução se aproxime muito da realidade. Referiu que o grande problema das contas do Município de Loulé, resulta do desgoverno no ano de 2009, em que a CML gastou mais 42 milhões de euros em relação ao que se recebeu. Neste ano a diferença entre a receita efetiva e a despesa, ultrapassa os 42 milhões de euros, e este facto não teve nada a ver com a crise internacional, mas sim com falta de rigor e descontrolo, sem zelar pelo interesse público, quebrando o compromisso para com os munícipes. Disse ainda que o IMI subiu e que em teoria subirá sempre, porque a Matriz Predial aumenta todos os anos, ou seja a base aumenta sempre, a não ser que haja uma desvalorização da Matriz, ou uma redução grande da taxa de IMI, mas por regra a base aumenta sempre como tal a coleta também. Quanto ao IMT, só começará a reduzir para 2016. Relativamente ao Mapa das Provisões para Riscos e Encargos, existem Processos em Tribunal, e a maior parte desses processos arrastam-se no tempo, e alguns têm valores muito significativos. Em 2014, e pela primeira vez, foi solicitado ao advogado da Câmara, que avaliasse os riscos dos processos que estão em Tribunal. Como consequência disso, em função da avaliação feita pelo advogado, foi feita uma proposta de provisões para riscos e encargos. Este valor é alto, porque a probabilidade da CML perder um processo que está em Tribunal é tão real e o valor da indemnização é tão elevado, que leva a este montante. Este Executivo teria todo o interesse em não dedicar 1 cêntimo que fosse nas provisões de riscos e encargos, porque dessa forma reduziria ainda mais o passivo. Em relação à questão do saneamento, esclareceu que tem a ver com os períodos de faturação. Finalizou a sua intervenção referindo ainda alguns aspetos, como o valor do passivo no final de 2013, que era de 80,4 milhões de euros, e o saldo bancário de 4 milhões de euros.-----

Não havendo mais intervenções sobre esta proposta, foi a mesma colocada a votação, tendo sido **aprovado por maioria**, com 18 votos a favor, 12 votos contra e 6 abstenções. -----



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

De seguida pediu a palavra o senhor **Deputado Gilberto Sousa (PSD)**, que apresentou uma declaração de voto.-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----
DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA EM RELAÇÃO AO RELATÓRIO DE --
-----GESTÃO DE 2014 DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ-----

*Ao contrário do que afirma a C M Loulé e o PS a gestão camarária do ano de 2014 não foi condicionada por limitações da responsabilidade do executivo anterior. A gestão socialista, no primeiro dia do ano, a 1 de janeiro de 2014, dispunha de mais de 19 Milhões de Euros em contas à ordem e a prazo resultantes da gerência de 2013 e, no final do ano de 2014, esse valor atingiu os 24 Milhões de Euros. A este valor há que adicionar o montante de 9 milhões de euros que o executivo camarário utilizou para pagamento antecipado do PAEL, apesar das carências sociais resultantes da grave crise nacional provocada pela gestão danosa do governo anterior.-----
A própria decisão de amortizar o PAEL na totalidade, poderia ter sido tomada em 2013 pelo executivo socialista, pois o saldo de gerência de 19 Milhões de Euros, era mais que suficiente para pagar o valor em causa.-----
No ano de 2014 e perante a inercia do Presidente da Câmara e da sua equipa, optaram por saldar o PAEL para assim disfarçarem a baixa capacidade de realização de novos investimentos no concelho de Loulé, ou seja, só porque não foram capazes de realizar novos investimentos neste período de ano e meio deste mandato socialista.-----
Chegam ao ridículo de na declaração de voto apenas enumerar 3 obras e todas da iniciativa do executivo anterior. Obra na zona histórica de Loulé, obra adjudicada e iniciada no final do mandato anterior; a designada frente de mar Quarteira / Vilamoura, obra só possível após o executivo do PSD ter acabado com o bairro da lata e a realocização dos apoios dos pescadores no porto de pescas, a compra dos terrenos necessários, bem como, a realização do concurso até a fase de análises das propostas; em Almancil referem a requalificação do centro da Vila quando a intervenção ao longo da antiga EN125 estava executada e paga em mais de 85% do custo total da obra. Refira-se ainda que estas 3 obras têm financiamento comunitário assegurado pelo executivo anterior.-----*



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001


289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt


289 462 030

Mesmo a decisão de amortizar antecipadamente o PAEL com uma taxa de juro de 1,47% ao ano, a mais baixa taxa de juro de todos os apoios do PAEL do País, só pode ser entendida como prioridade para um executivo que não tem uma visão para o desenvolvimento do concelho e por isso não é capaz de resolver as necessidades das populações.-----

O executivo socialista já inaugurou os lares do Ameixial, Benafim e Tôr iniciados no mandato anterior, já inaugurou a Escola EB1 da Fonte Santa e irá inaugurar em breve as ampliações das Escolas EB1 de Salir e de Boliqueime porque o executivo anterior apoiou de forma decisiva as construções de lares e porque resolveu o problema das necessidades escolares do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo, há muito adiadas no concelho. Ao nível do Pré-Escolar e do 1.º Ciclo o executivo liderado por Seruca Emídio entre ampliações/modernizações e novos edifícios interveio em 25 equipamentos escolares.-----

Querem fazer querer que a situação financeira herdada na C M Loulé os impede de realizar o seu projeto, mas a verdade é que não realizam o projeto porque não dispõem de nenhum. A redução da dívida camarária não se iniciou com a chegada socialista à C M Loulé mas sim a partir de 2011 como se pode verificar na página 36 do relatório de gestão de 2014. O aumento da dívida entre 2008 a 2011 deveu-se a um grande investimento em infraestruturas necessárias ao desenvolvimento do concelho a par de uma diminuição bruta de 85 Milhões de Euros na receita IMT comparativamente a 2007.-----

Chega de acusações ao executivo anterior, chega de desculpas da herança financeira recebida, é altura de deixar de fazer apenas política pela política, atacando e tentando destruir o executivo anterior e o seu trabalho, que foi sim, o responsável pelo desenvolvimento do concelho ao nível do parque escolar, ao apoio social à construção de lares e creches no concelho, do maior investimento realizado no saneamento básico, da modernização da rede viária, da recuperação de equipamentos à muito degradados, da renovação urbana um pouco por todo o concelho, do arrelvamento de vários campos de futebol e do apoio ao desenvolvimento desportivo, da afirmação de Loulé em termos económicos, culturais e sociais. É altura de deixar de prometer tudo a todos e ao mesmo tempo desculparem-se com o passado para tudo aquilo que por incapacidade própria não são capazes de realizar. É altura de começar a governar porque é aquilo que afinal se devia esperar de



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

um executivo camarário que foi mandatado para contribuir para o desenvolvimento do concelho mas que tarda em mostrar se é capaz.-----

Loulé 28 de Abril de 2015-----

O Grupo Político do PSD na Assembleia Municipal de Loulé-----
Gilberto Sousa-----

Dando-se seguimento aos trabalhos, passou-se de imediato às propostas seguintes da Ordem de Trabalhos:-----

c)- Proposta 14/2015- Deliberação relativa à Proposta de Designação do Fiscal Único da Infralobo, EM, tendo em consideração que a empresa local desenvolveu o respetivo procedimento de contratação e tendo em consideração o estabelecido no n.º 5 do artigo 25.º conjugado com o n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto (regime jurídico da atividade empresarial local e das participações);-----

d)- Proposta 15/2015- Deliberação relativa à Proposta de Designação do Fiscal Único da Inframoura, EM, tendo em consideração que a empresa local desenvolveu o respetivo procedimento de contratação e tendo em consideração o estabelecido no n.º 5 do artigo 25.º conjugado com o n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto (regime jurídico da atividade empresarial local e das participações);-----

e)- Proposta 16/2015- Deliberação relativa à Proposta de Designação do Fiscal Único da Infraquinta, EM, tendo em consideração que a empresa local desenvolveu o respetivo procedimento de contratação e tendo em consideração o estabelecido no n.º 5 do artigo 25.º conjugado com o n.º 3 do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto (regime jurídico da atividade empresarial local e das participações);-----

Relativamente a estas três propostas, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que estas três propostas já tinham vindo à Assembleia Municipal, mas num dado momento o Executivo pediu a sua retirada, e a Assembleia suspendeu a sua eficácia, devido a um processo mais complexo



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

que tem a ver com a Empresa Municipal Infralobo. Desta forma, o senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs independentemente da votação ser feita em separado, para cada uma das propostas, que as mesmas fossem analisadas em conjunto.-----

Pedi a palavra o senhor **Deputado Álvaro Delgado (BE)**, para solicitar esclarecimentos sobre uma dúvida relacionada com os processos das Infra's, de contratação do Fiscal Único, que tem a ver com o período de 4 anos de contrato com um valor estipulado, mas neste momento esse período foi reduzido para 3 anos mas o valor mantém-se igual ao dos 4 anos, porquê?---

De seguida usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Câmara**, que esclareceu que em relação à questão levantada dos 3 anos em vez dos 4 anos de contrato cujo valor, apesar de ser menos tempo, ser o mesmo, disse que este procedimento foi encetado de acordo com um horizonte temporal, mas o período de decisão tem-se vindo a prolongar, pelo que não é possível alterar os procedimentos à medida que os anos vão passando. Até hoje ainda estão em funções os Fiscais escolhidos nos mandatos anteriores, e assim continuarão até que exista uma Assembleia Geral que faça a nomeação dos novos Fiscais. A partir daí entrará em funções o novo Fiscal Único que irá completar o mandato dos órgãos sociais existentes, ou seja até ao final do mandato autárquico. Independentemente do limite temporal feito nos procedimentos, a contratação será válida até ao final do mandato. As regras da contratação têm uma baliza, em que é definido um valor para uma prestação de serviços, para uma contratação, após a tomada de posse do novo Fiscal, com um valor que terá como limite o mandato autárquico municipal.-----

Usou ainda da palavra o senhor **Deputado Álvaro Delgado (BE)**, que lamentou o facto deste esclarecimento, lamentavelmente, ter chegado só agora. No entanto a questão do valor/n.º anos do contrato, ainda levanta algumas dúvidas.-----

Voltou a usar da palavra o senhor **Vice-Presidente da Câmara**, esclarecendo que há um caderno de encargos que consta do processo que foi remetido para a Assembleia Municipal, onde constam as condições para a



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

prestação do serviço. Para além destas, há um conjunto de regras aplicadas, é óbvio que o valor é proporcional à duração em que é prestado o serviço.-----

Concluindo-se a discussão sobre este ponto, foram as três propostas, colocadas a votação, pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

A Proposta 15/2015- Deliberação relativa à Proposta de Designação do Fiscal Único da Inframoura, EM, foi aprovada por maioria, com 32 votos a favor, e votos contra do BE e da CDU; tendo o senhor Deputado Miguel Pinguinha (PS) e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto, invocado, nos termos regimentais o artigo 72.º do Regimento da Assembleia Municipal, o seu impedimento para participar nesta votação.--

Tendo a **Proposta 16/2015- Deliberação relativa à Proposta de Designação do Fiscal Único da Infraquinta, EM, a mesma foi aprovada por maioria, com 33 votos a favor, 2 votos contra do BE e da CDU; tendo o senhor Deputado Miguel Pinguinha (PS), invocado, nos termos regimentais o artigo 72.º do Regimento da Assembleia Municipal, o seu impedimento para participar nesta votação.**-----

Antes de se passar à votação da última Proposta, referente à Empresa Municipal Infralobo, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedeu a palavra ao senhor **Vice-Presidente da Câmara** para prestar um esclarecimento prévio, que disse que a proposta apresentada sobre este assunto, é uma proposta que difere das outras, na justificação. Este procedimento tem apenas 3 anos, porque já foi aberto em 2015, pelo período de 2015 a 2017, e que tem um senão, pois a empresa que ganhou o concurso, que apresentou a proposta mais vantajosa, não conseguiu entregar a tempo, através da plataforma informática, os documentos necessários para a sua habilitação, e isso de acordo com a Lei, fez com que a proposta fosse desclassificada. Como concorreram duas entidades, a segunda entidade foi a que foi escolhida para Fiscal Único Efetivo. Como não havia mais entidades neste procedimento, propôs-se à entidade desclassificada que fosse designada Fiscal Único Suplente, dado que não era viável encetar novo procedimento só para este fim. Por fim, referiu que estas 3 propostas



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001


289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt


289 462 030

têm um custo inferior às atuais, que ainda se encontram em vigor.-----

Pedi a palavra o senhor **Deputado Álvaro Delgado (BE)**, que disse que desta vez, o procedimento estava correto, mas que as incorreções do processo anterior mantêm-se e que as pessoas que permitiram que tal acontecesse, continuam na Empresa Municipal, o que é grave. Por fim, referiu que numa entidade, como uma Empresa Municipal, não se pode desenvolver uma irregularidade desta dimensão. -----

Também usou da palavra o senhor **Deputado Gilberto Sousa (PSD)**, que após ter ouvido atentamente a explicação do senhor Vice-Presidente da Câmara, sobre este assunto, disse que não poderia estar de acordo, por uma questão de princípio. Referiu que, quando um concorrente é desclassificado num concurso público, não passa de 1.º lugar para suplente. Ou preenche todos os requisitos para ser admitido no concurso, ou não, mesmo que tenha sido por falha na entrega da documentação. Desta forma, afirmou que não iria votar favoravelmente a esta proposta, independentemente da intenção de voto da sua Bancada (PSD). -----

Ainda sobre esta proposta, foi concedida a palavra ao senhor **Vice-Presidente da Câmara**, que esclareceu que este procedimento, tinha como valor máximo 17.000 euros, e que a proposta vencedora ronda os 15.000 euros. Este procedimento significa um valor de 5.000 euros/ano. É pura especulação, julgar que à volta deste valor houve algum tipo de favorecimento, como quis deixar transparecer o senhor Deputado Álvaro Delgado (BE). Respondendo ao senhor Deputado Gilberto Sousa (PSD), disse que acha que as pessoas agem com racionalidade, e fazer propositadamente um procedimento para Designação de um Fiscal Único Suplente não faria sentido e seria pouco racional. -----

Por último foi colocada a votação a **Proposta 14/2015- Deliberação** relativa à **Proposta de Designação do Fiscal Único da Infralobo, EM**, sido aprovada por maioria, com 30 votos a favor, 2 votos contra do BE e CDU e 4 abstenções (3 votos do PSD e 1 voto do PS); tendo o senhor Deputado Miguel Pinguinha (PS) e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira, Telmo Pinto, invocado, nos termos regimentais o artigo 72.º do



MUNICÍPIO DE LOULÉ

Assembleia Municipal

Código Postal 8104-001



289 400 809

E-mail: aml@cm-loule.pt



289 462 030

Regimento da Assembleia Municipal, o seu impedimento para participar nesta votação.-----

Não havendo mais intervenções, e concluída a Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Adriano Lopes

A 1ª SECRETÁRIA

Alcides

A 2ª SECRETÁRIA

Francisco

